#Blacklivesmatter: A Titulação de Territórios Quilombolas nas Páginas do Jornal A Gazeta[1]

Girley Vieira da Silva[2]
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

Resumo

A capacidade da imprensa em consolidar ideias e influenciar pessoas, entre outras questões, deve sempre ser objeto de investigação, especialmente para potencializar o trabalho desenvolvido por este campo com importante papel na consolidação das democracias. Particularmente, este trabalho investiga a cobertura do jonal A Gazeta sobre a titulação de territórios quilombolas, constatando que esse processo, dada a relevância social do tema, justifica-se em ser estudado pelas questões envolvidas não só de ordem linguística ou sobre a dinâmica do campo jornalístico, mas também por sua natureza social, histórica, racial e ideológica.

Palavras-chave: jornalismo; minorias; quilombolas; agendamento; poder.

1 Introdução

O campo de pesquisa em jornalismo não tem gasto mais energia debatendo a possibilidade da imprensa exercer poder no âmbito da sociedade moderna. Isso parece-nos fato consumado à área. Conforme registra Nelson Traquina (2005, p. 13): "[...] no início do século XXI, é comum sublinhar o poder dos mídia, quando não denunciá-lo como prepotente, perverso e mesmo perigoso para o cidadão e a própria sociedade democrática". Por outro lado, o que ainda instiga os pesquisadores dessa área é a tentativa de avaliar o nível dessa influência e as consequentes implicações.

A busca por essas respostas torna-se ainda mais desafiadora à medida que, segundo Ivana Bentes (2015, p. 11), "[...] o campo da comunicação e da produção de conteúdos é estruturante no capitalismo do conhecimento". Afinal, vivenciamos fenômenos sociais que tentam ser entendidos e explicados a partir de uma nova dinâmica da sociedade contemporânea em que o chamado capitalismo cognitivo evidencia a centralidade do acesso à informação na vida das pessoas.

[1] Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Mestrando do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), email: girleyvs@hotmail.com.

E embora as novas mídias sejam fundamentais ao processo de entendimento dos fenômenos ocorridos no campo do jornalismo – fomentando estudos que lidam com uma nova sociedade que não se desconecta mais e desfruta de uma "autonomia" para compartilhar, editar e produzir conteúdo –, a imprensa tradicional ainda desempenha papel importante na constituição da esfera pública. Para se ter uma ideia da credibilidade atribuída às plataformas informativas tradicionais, pesquisa sobre hábitos de consumo de mídia pela população brasileira produzida pelo governo federal indica que a mídia tradicional é a que mais inspira a confiança da polulação brasileira entre os meios estudados (BRASIL, 2014).

Ainda que haja enorme disponibilidade de fontes de informação, no pensar de Moraes (2013, p. 60) para a maior parte da sociedade "[...]uma informação é verdadeira quando todos os meios de comunicação afirmam que ela o é; se o rádio, o jornal, a televisão e a internet divulgam a mesma coisa, nós aceitamos porque, intuitivamente, a repetição serve como prova de veracidade".

Diante do fato de o sistema midiático solidificar sentidos e ideologia, interferir na formação da opinião pública, ressignificar o sentido de palavras no âmbito do imaginário social e priorizar as perspectivas do capitalismo de mercado, como o consumismo, o individualismo e a competição, em detrimento das culturas e saberes tradicionais (MORAES, 2013), urge a construção de estudos que se ocupem da relação entre o binômio comunicação e poder e os grupos não hegemônicos, representados pelas minorias sociais, étnicas, raciais etc.

Este artigo – que sintetiza parte de pesquisa em fase de desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidade da Universidade Federal do Espírito Santo – analisa o conteúdo veiculado no jornal A Gazeta sobre a titulação de territórios quilombolas, com suporte nas teorias do campo jornalístico que lidam com aspectos "sociológicos" da produção das notícias, sobretudo a teoria do agendamento.

2 A luta por reconhecimento e território

Especialmente a partir da década de 60, coube à historiografia tentar desconstruir o mito da democracia racial brasileira. Para o professor Kabengele Munanga (informação verbal)[3], foi justamente esse mito um dos responsáveis por bloquear o

[3] Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação-PENESB/RJ, 05/11/2013.

debate sobre políticas afirmativas no Brasil. A construção de uma identidade mestiça, na opinião desse pesquisador, configurou-se em estratégia dos grupos ideologicamente dominantes que objetivaram criar uma unidade nacional, legitimar a chamada democracia racial brasileira e conservar o *status quo* consolidado.

Nessa linha, a história da escravidão criou paradigmas equivocados sobre os negros no país. Segundo João Bernado da Silva Filho e Andrezza Lisboa (2012), foram construídos discursos históricos que colocaram os senhores como responsáveis pela modulação da vida social e política dos escravizados. Porém, novas pesquisas

> [...] mostraram senhores e escravos como agentes ativos e construtores, ambos, das relações sociais; mesmo que tensas, faziam concessões e adequações não só necessárias como aceitas. Outros aspectos pesquisados têm mostrado que, apesar de o escravo, em documentos oficiais, em relatórios de cronistas e viajantes, ter sido identificado como mercadoria, eles próprios não se viam assim e nem mesmo os que com eles conviviam. O escravo conseguiu, muitas vezes, à revelia do senhor, construir sua história, pois foi possível (re)criar sistemas culturais de nítidas filiações africanas (p. 17).

Como reflexo e herança dessa construção social ativa do negro escravizado, o quilombo também passa por um processo de ressignificação. Segundo Oswaldo Martins de Oliveira (2016), do fim da escravidão à publicação da Constituição Cidadã, os quilombos estavam registrados no imaginário social das classes dominantes como uma espécie de monumento histórico, uma visão exótica no contexto da democracia racial. Contrário ao que fora construído, não estavam isolados e desconectados do tecido social. Existindo desde o início da escravidão no Brasil como forma de luta, resistência, organização social e constituição de identidade cultural, essas estruturas mantinham relações com as estruturas socioeconômicas ao seu redor ou nas senzalas.

João Marques da Silva (2015, p. 29) enfatiza que "[...] essas organizações 'remanescentes' de norte a sul ou em qualquer outro lugar da América onde existiu agrupamento humano [...] não são sobras ou lembranças. Devem ser vistas como modelo de resistência ao sistema escravista vigente". Ele ressalta que distorção da imagem dos quilombos teria sido estratégica para evitar que se criasse entre os negros uma identificação com o seu passado de luta e organização social e política ativo.

Para Patrícia Gomes Rufino Andrade (2007), esses territórios tiveram papel preponderante na preservação da cultura negra:

> À margem da sociedade e da cultura, aos territórios negros coube a preservação da cultura negra, transformando-a durante as gerações, mas, de certa forma ampliando sua difusão entre as comunidades,

> embora, em muitos casos, sendo reconhecida como "coisas do povo", enfatizando a cultura popular e, assim, desenraizada dos padrões europeus, não se encaixando nos padrões hegemônicos, mas nem por isso deixando de se expressar e reivindicar suas formas de poder (p. 76).

Apesar da diversidade das comunidades quilombolas existentes em todo país, há uma identidade relacionada às origens e ao ideário de liberdade. As diferenças entre estes grupos são impostas mais pela necessidade de adaptação às condições socioeconômicas de onde se instalaram do que qualquer outro aspecto simbólico. Assim, a perspectiva conceitual deste trabalho é a mesma defendida pela Associação Brasileira de Antropologia, que considera que o quilombo representa "[...] um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico" (ABA, 1994).

2.1 Os quilombolas no Espírito Santo

Embora o estado não tenha ocupado um lugar de destaque econômico no período escravista, segundo o historiador Cléber Maciel (1993), documentos registram a presença de escravizados em terras capixabas a partir de 1550. Além daqueles que foram trazidos diretamente do continente africano, houve um fluxo intenso de transferências de escravos oriundos da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Além disso, conforme registrado pelo autor, os grupos negros chegaram ao estado acompanhado os fluxos migratórios do período pós-republicano.

De acordo com as pesquisadoras Carla Osório, Adriana Bravin e Leonor de Araújo Santana (1999), a distribuição e concentração dos negros no ES também foram

> [...] determinadas pela vida econômica da região. Assim, até o fim do século XVIII, em função do cultivo da cana-de-açúcar e da mandioca, e com a criação de gado e a pesca, principalmente, essa população se localizou nas regiões Norte, nos atuais municípios de São Mateus, Conceição da Barra e Linhares; Central, nas cidades de Vitória, Serra, Santa Leopoldina, Vila Velha e Guarapari; e Sul, em Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy (p. 23).

Da mesma forma, a constituição de quilombos no estado também seguiu a lógica nacional e, por meio das fugas, das liberdades conquistadas e das alianças estabelecidas, os negros foram constituindo grupos nas áreas rurais. O acervo documental datado de 1710 já ressaltava a diversidade dessas comunidades. Segundo

Aguiar (1993), em 1823, por exemplo, "moradores brancos de São Mateus fizeram reclamação ao governo alegando que lá existiam muitos quilombos (p. 47)".

Mas essa presença sempre foi instável. Dos riscos de ataques das tropas a mando dos senhores antes da abolição às políticas econômicas desenvolvimentistas do país, os territórios onde estavam localizados os quilombos sempre estiveram ameaçados.

Conforme registra a história, a busca pela transformação desse país cheio de heranças coloniais em um espaço propício ao capitalismo fez com que a marginalização dos ex-escravos fosse institucionalizada. A comercialização das terras no Brasil, a partir de 1850, prevendo que somente poderiam ser adquiridas áreas rurais por meio de compra ou doação do governo, pavimentou um caminho que resultaria na expulsão de boa parte dos remanescentes dos quilombos de seus territórios (OSÓRIO; BRAVIN; SANTANA, 1999).

Somado a isso, a política migratória com foco no embranquecimento consolidou a estrutura agrária capixaba e excluiu o negro do processo:

> [...]A opção do Estado brasileiro pela imigração estrangeira e não pela reintrodução dos trabalhadores libertos fornece uma perspectiva particular da formação da Nação e da engenharia de Estado, expressão da estatização de técnicas e controles sobre a população e o território. Os grupos que foram "cidadanizados" no século XIX pelo processo imigratório e colonizador, sob o controle do Estado brasileiro, foram chamados a reconstruir um projeto de nação em detrimento de uma perspectiva depreciativa em relação à parcela da população indígena e afrodescendente, constituindo parte integrante das situações de conflito e definição de fronteira étnica (OLIVEIRA, 2016, p. 128).

Restou às comunidades remanescentes de quilombos resistir a todo tipo de violência para preservar sua memória e cultura. Essa resistência materializa o processo de disputa de poder no meio rural capixaba, especificamente nos espaços em que a partir da abolição da escravatura formas distintas de *territorialidades* passaram a coexistir de maneira conflituosa – de um lado as comunidades tradicionais quilombolas e de outro o *modus operandi* do capitalismo, representado por empresas transnacionais e proprietários rurais. Conforme *Simone Ferreira* (2010):

> Seja durante a escravidão, seja em períodos posteriores, o conflito sempre permeou as relações sociais entre a população negra e os grupos dominantes ideologicamente brancos. O conflito constrói identidades e é retroalimentado por elas. Materializa-se no espaço apropriado e dominado por esses grupos sociais, colocando em evidência diferenciadas matrizes de racionalidade na relação que estabelecem entre si e com a natureza: territórios e práticas de territorialidade (p. 14).

2.2 De volta ao jogo?

Foi somente a partir da década de 80 que o termo quilombola começou a criar uma nova versão discursiva no imaginário nacional. O marco desse movimento histórico foi materializado pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (BRASIL, 1988).

Por meio dessa lei, os quilombolas deixaram de ser somente vistos como uma contribuição cultural, passando a figurar como sujeitos de direito, ou seja, passaram a ocupar uma posição jurídica diante do Estado-Nação (OLIVEIRA, 2016). Para *Simone Ritta dos Santos* (2014), o texto do referido artigo foi "o possível" em função do contexto que marcou a constituinte:

> Embora o texto aprovado tenha intruduzido mudanças importantes no campo dos direitos, sua formulação envolveu diferentes grupos políticos em um intenso processo de mobilização e negociação entre interesses e valores sociais a respeito dos modelos de estado, direitos, sociedade, república e democracia (p. 58).

Com a promulgação da Constituição Federal/88, atores como o movimento negro, representantes do Ministério Público Federal, universidades, alguns parlamentares, entre outros passam a atuar sobre questões do tema. Em 1992, conforme Santos (2014), ocorrem as primeiras tentativas do Ministério Público de aplicar o referido artigo 68 na comunidade do Rio das Rãs, na Bahia, mas os operadores da justiça foram pouco abertos à autoaplicabilidade do artigo. Em 1995, a senadora Benedita da Silva (PT/RJ), do movimento negro urbano, e o deputado Alcides Moderno (PT/BA) apresentam projetos, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, respectivamente, com o objetivo de regulamentar o dispositivo constitucional.

Somente em 10 de setembro de 2001, o Governo Federal toma a primeira medida nesse sentido, com a publicação do Decreto n. 3.912. Contudo, tal instrumento restringiu o alcance do texto constituicional, conforme avaliou o movimento negro. Para Santos (2014), a publicação do Decreto n. 4.887/03, que cancelou o anterior e estabeleceu a Política Nacional de Atendimento às Comunidades Quilombolas, estabeleceu procedimentos adminitrativos no processo de regularização fundiária que atenderam, ao menos em termos de proposta, a expectativa dos beneficiários.

> A nova regulação administrativa apresentou avanços, dentre eles, a adoção de uma conceituação de comunidade e de terra de quilombo fundamentada no critério de autoidentificação, da possibilidade de desapropriação de propriedades incidentes em terras de quilombos quando o necessário, e da atribuição de competência de condução do processo ao Incra. O novo governo, representado pelo PT, mostra uma mudança na condução das políticas governamentais decorrentes da eleição presidencial de 2002 (SILVA, 2014, p. 64).

É fato que o Estado brasileiro, em termos de legislação que abarcasse direitos, demorou a reconhecer a presença de comunidades quilombolas neste país, mesmo passados mais de 100 anos da abolição formal da escravidão. Porém, a inserção do Art. 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal (CF) e a edição de outros instrumentos normativos sequer foram suficientes para a consolidação desse direito. Segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – órgão responsável pela execução dessa política pública prevista na CF – das cerca de três mil comunidades quilombolas espalhadas pelo país apenas pouco mais de 150 obtiveram a titulação de suas áreas.

E mesmo sem os direitos dos povos quilombolas terem sido concretizados, somente a possibilidade de modificação na estrutura social e fundiária por meio das propostas de regularização dos territórios foi suficiente para a emergência de questionamentos jurídicos e étnicos, materializados pela reação dos grupos ideologicamente contrários a essa política afirmativa. No olhar de Oliveira (2016):

> A própria contrariedade ruralista em relação à titulação quilombola remete à disputa por "terras novas" para expansão do agronegócio, haja vista que, de Nova Venécia, os descendentes de italianos passaram a expandir seus negócios econômicos e políticos para São Mateus e Conceição da Barra. O contraponto desse processo é o ambiente de conflito e competição por direitos à terra que o grupo intitulado Movimento Paz no Campo (MPC) impôs ao pleito quilombola... (p. 131).

Em meio a essa reação, a imprensa produziu matérias com abordagem de questões em torno dessa temática, que ajudam a compor o *corpus* deste trabalho. Para entender o contexto de produção desse conteúdo jornalístico, antes de passarmos à análise propriamente dita, realizaremos uma discussão acerca da dinâmica do campo do jornalismo e sobre o jornal A Gazeta, um dos jornais impressos de maior tiragem do Espírito Santo e de maior legitimidade na elite capixaba. Essa discussão dará suporte à análise do material selecionado na últuma seção deste artigo.

3 Arena de disputa: o campo do jornalismo

A discussão a ser estabelecida nesta seção está estruturada a partir da categoria teórica da obra de Pierre Bourdieu (1997; 2000; 2003) denominada *Campo*. Ao sociólogo francês, esse conceito se refere a um espaço simbólico onde disputas e tensões ocorrem em dada estrutura na qual agentes distintos, em busca de capital simbólico, travam batalhas com o fito de ocupar boas colocações nesse espaço. Para ele:

> A estrutura do campo é um estado da relação de forças entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores. Esta estrutura, que está no princípio das estratégias destinadas a transformá-la, está ela própria sempre em jogo: as lutas cujo lugar é o campo têm por parada em jogo o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, quer dizer, em última análise, a conservação ou subversão da estrutura da distribuição do capital específico (BOURDIEU, 2003, p. 120).

Em várias obras, o autor discute a estrutura e o funcionamento de diferentes campos, como o da literatura, o científico, o econômico e, entre outros, o campo do jornalismo. Dotado de uma dinâmica de funcionamento própria e desfrutando de privilegiada posição na estrutura social, a agência desse campo tem provocado acalorados debates. Ressaltada na introdução deste texto, a influência do jornalismo na vida das pessoas é sem dúvida um universo que merece ser observado e estudado.

É importante salientar que diversas pesquisas científicas sobre os efeitos do jornalismo na sociedade têm sido produzidas há um bom tempo. Este trabalho, por exemplo, filia-se ao pensamento desenvolvido ao longo dos anos a partir do conjunto conceitual denominado *Mass Communication Research*. Fundamentada inicialmente numa crença na onipotência da mídia, os caminhos alternam-se à relativização dos efeitos nos receptores (MATTELART; MATTELART, 2014). Nossa opção supera o debate teórico marcadamente ideológico, proporcionando uma integração entre as muitas descobertas/hipóteses, assentando-se na perspectiva de existência de efeitos difusos que se dão a medio e longo prazos, efeitos que agem no processo cognitivo. Conforme explica Mauro Wolf (1987):

> Na evolução que a questão dos efeitos está a sofrer desde há algum tempo, muda em primeiro lugar, o tipo de efeito, que já não diz respeito às atitudes, aos valores, aos comportamentos dos destinatários, mas que é um efeito cognitivo sobre os sistemas de

> conhecimento que o indivíduo assume e estrutura uma forma estável, devido ao consumo que faz da comunicação de massa. Em segundo lugar, muda o quadro temporal: já não são mais efeitos pontuais, ligados à exposição da mensagem, mas efeitos cumulativos, sedimentados no tempo. Isto é, realça-se o carácter processual da comunicação, que é analisada quer na sua dinâmica interna, quer nas suas relações com outros processos comunicativos, anteriores ou contemporâneos. (p. 124).

Ao avaliar um período de 29 anos de publicações sobre titulação de território quilombolas, o entendimento desse efeito cognitivo a longo prazo torna-se pertinente. Nesse sentido, entende-se que a produção da notícia deve ser vista como uma prática social complexa que envolve muitas interações sociais (dentro e fora do próprio campo). Assim, na avaliação da imprensa numa perspectiva sociológica do processo de produção das notícias, procuramos inserir, como propõe Traquina (2005, p. 14), "[...] o paradígma do agenda-sentting dentro da vasta literatura do newsmaking" para se ter a possibilidade de enxergar as relações internas e externas ao campo do jornalismo.

Pode-se identificar, segundo a perspectica de Molotch e Lester (1974 apud TRAQUINA, 2005) três categorias de agentes dentro do campo jornalístico que ocupam posições diferentes e desempenham funções distintas, quais sejam:

> a) os promotores de notícia (*news promotors*), definidos como aqueles indivíduos e os seus associados que identificam (e tornam assim observável) uma ocorrência especial; b) os *news assemblers*, definidos como todos os profissionais que "transformam perceptível um cojunto finito de ocorrências promovidas em acontecimentos públicos através da publicação ou da radiodifusão" (Molotch e Lester, 1974/1993:38); e c) os consumidores de notícias (*news consumers*), definidos como aqueles que assistem "a determinadas ocorrências disponibilizadas como recursos pelos meios de comunicação social" (MOLOTCH e LESTER, 1974, apud TRAQUINA, 2005, p. 21).

A principal preocupação das pesquisas sob a ótica da teoria do agendamento (ou *agenda-setting*) é o papel central que o jornalismo apropria-se nas sociedades contemporâneas e na comunicação política, pensando como a transformação de fatos em notícia significa. Segundo Traquina: "[...] dar existência pública a esse acontecimento ou questão, constituí-los como recurso de discussão" (2005, p.22). Assim, a produção do campo jornalístico colabora de forma decisiva para dar ciência aos acontecimentos aos quais as pessoas não tiveram contato diretamente, tendo papel prepoderante para que assuntos sejam transformados em recursos de discurso na agenda pública.

A teoria do agendamento foi proposta por Maxwell Mccombs e Donald Shaw em 1972, a qual entendia que os meios de comunicação de massa selecionariam quais seriam os assuntos a serem observados pelas pessoas como prioritários. Para os autores, o campo do jornalismo teria a função de oferecer à audiência uma espécie de lista sobre o que se deveria discutir e formar opinião: "O pressuposto fundamental do agenda-setting é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida [...]" (SHAW, 1979, apud WOLF, 1987, p. 128). Ou seja, parte-se da premissa que o campo jornalismo exerce uma função de agendamento.

Walter Lippmann (1922/2008), em sua clássica obra "Opinião Pública", reforça a importância desse fenômeno da agenda ao afirmar que: "Em qualquer sociedade que não esteja completamente voltada a si mesma e a seus interesses e nem tão pequena que todos possam saber sobre tudo que se passa, ideias dizem respeito a eventos que estão fora da vista e do alcance" (2008, p. 28).

Considerada uma das principais linhas de investigação sobre os efeitos cognitivos do jornalismo e que, por conta disso, vem sendo aprofundada há mais de 40 anos em diversas partes do mundo, surgiram novas perspectivas de análise. Segundo David Castro de Magalhães (2014, p.48) "A capacidade dos meios de comunicação de influenciar na configuração da agenda pública é o postulado mais conhecido da Agenda-setting. Esse, no entanto, é apenas a primeira fase do modelo teórico".

Magalhães explica que as transformações na teoria acrescentaram novos olhares aos impactos do agendamento, entre os quais: o motivo das pessoas permitirem ser influenciadas pelo agendamento; o agendamento de atributos, que seria a ênfase que é dada em certos atributos dos objetos agendados em detrimento de outros; e, unificando as possibilidades dessa teoria, uma perspectiva que o autor chama de quinta fase, na qual há um relacionamento entre objetos e atributos agendados pela mídia.

Com base nesses argumentos, os estudos dessa teoria ainda possuem valor e colaboram no entendimento do funcionamento do campo do jornalismo (empresa e profissionais) e suas relações com os demais atores. Passamos a seguir, com base na discussão realizada até aqui, à análise do conteúdo.

4 Análise do *corpus*

Antes de analisar o corpus, faremos uma breve contextualização do veículo analisado. O jornal *A Gazeta*, mais antigo jornal em circulação no estado do Espírito

Santo, foi fundado em 1929. Sua história registra uma intensa relação política, tendo os seus proprietários desde o início marcado presença no campo político. De acordo com José Antônio Martinuzzo (2005):

> O grupo ligado a Carlos Lindenberg – político de direita, proprietário de terras, criador de gado e plantador de cacau – criou uma sociedade e pediu para uma terceira pessoa, Alfredo Alcure, representante do Partido Social Democrata (PSD) e amigo de Eleosippo da Cunha (UDN), para comprar o jornal. Anos depois, A Gazeta foi transferida para a sociedade criada. Os membros dessa sociedade, aos poucos, foram vendendo as suas partes, as quais foram sendo adquiridas por Carlos Lindenberg que, em 1948, já governador, acabou sendo o maior acionista do jornal (p. 78).

O controle acionário do jornal está nas mãos da família Lindenberg desde 1949. Importante frisar que o periódico integra um conjunto de 20 negócios na área de comunicação desse grupo empresarial, entre esses quatro emissoras de TV aberta afiliadas à Rede Globo. Circulando em todo o Espírito Santo, parte da Bahia e de Minas Gerais e nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, o jornal *A Gazeta* "discursa" para um público preponderantemente formado pelas classes A, B e C e adota, por esse motivo, uma linha mais conservadora, tanto na forma quanto no conteúdo (MARTINUZZO, 2005).

A cobertura desse jornal sobre a titulação de territórios foi avaliada a partir da Análise de Conteúdo, a qual possibilita quantificar objetivamente e de forma sistematizada aspectos importantes sobre os textos publicados por esse veículo. Esse procedimento foi escolhido em função de permitir, segundo *Maria Cecília de Sousa Minayo* (1999, p. 303), "[...] tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e específicos. Em comum, as definições ressaltam o processo de inferência".

Assim, será possível ressaltar elementos importantes à compreensão da temática por meio de dados mensuáveis os quais podem ser analisados e comparados. Faz mister destacar ainda que a Análise de Conteúdo não está restrita ao âmbito iminentemente quantitativo, permitundo considerações a partir de perspectivas qualitativas. Independente do direcionamento o que não se deve perder de vista nos estudos baseados nesse método é a busca pela crítica no conteúdo.

A amostra foi construída obedecendo critérios temporais e temáticos. Como recorte temporal, optou-se pelo período compreendido entre 05 de outubro de 1988 (data da promulgação da CF que reconheceu o direito ao território às comunidades quilombolas) e 06 de julho de 2017 (data do último acesso do pesquisador ao banco de

dados). O levantamento dos dados foi realizado entre os meses de maio e julho de 2017 por meio do uso do *software The Shell*, sistema de busca que gerencia todo banco de dados digitais do grupo de comunicação ao qual o jornal está ligado.

A busca eletrônica dos textos efetivou-se por meio do uso das seguintes palavras-chave e suas respectivas variações de gênero e número: quilombo, quilombola, remanescente, escravo e negro. A partir de todo material levantado, foram somente selecionadas as publicações em que foi abordado (direta ou indiretamente) o tema da titulação de territórios quilombolas.

A partir dessa filtragem foram, registradas 49 ocorrências (notas em colunas[8], artigos[4], entrevista[1], notícias[23] e reportagens[13]) sobre a temática ao longo dos 29 anos pesquisados. Interessante frisar que o tema aparece pela primeira vez no jornal somente em 16/08/1998, de forma indireta, em uma reportagem que abordou a ancestralidade da comunidade de Retiro, localizada no município de Santa Leopoldina. A distribuição das ocorrências durante os anos foram organizadas no gráfico a seguir.

Os anos de 1998 e 2003, respectivamente, registraram uma única ocorrência cada, sendo que no último a reportagem foi publicada em uma editoria de conteúdo nacional (Brasil) abordando de forma abrangente o processo de titulação comunidades quilombolas na ocasião da mudança da legislação ("Governo vai regularizar quilombos", p.12, 16/11/2003). Em 2004 (sete ocorrências), as notícias veiculadas abordam, principalmente, discussões sobre os processos de titulação que iriam ser realizados pelo Incra, não havendo posições contrárias à delimitação dos territórios ("Quilombolas são reconhecidas no estado", p.19, 16/07/2004).

E o ano de 2007 destaca-se como o período em que mais notas, notícias, reportagens e artigos sobre o tema foram publicados. Predominam ocorrências em que os atributos agendados em relação à titulação são negativos, tratando o tema como um problema para aqueles que poderiam "perder a sua terra" ("Áreas de quilombos são disputadas", p.4, 21/01/2007 - "Mais problemas", p.16, 27/02/2004). Outro atributo evidenciado nesse período foi o aspecto conflitivo entre as partes envolvidas (fazendeiros, empresa, quilombolas e Estado). O crescimento do agendamento do tema nesse ano coincide com o momento em que o Incra começa a notificar os proprietários sobre os resultados do estudos cujo processo poderia resultar em desapropriações ("Proprietários lutam por terras em São Mateus", p.3, 27/05/2007 - "Agricultores do norte querem revisão de áreas quilombolas", p.7, 31/05/2007 - "Terras de produtores ameaçadas no norte" e "Produtores podem perder terras para quilombolas", p.4, 05/08/2007). Nesse período, predominam como fontes ouvidas nos conteúdos produzidos os proprietários rurais e a empresa envolvida (15 publicações), enquanto os quilombolas figuram como fontes em apenas três oportunidades.

Outro período que merece abordagem específica é o ano de 2013, não só pelo número de registros, mas também pela mudança no agendamento dos atributos. Nas matérias publicadas nesse ano, o Ministério Público Federal passa a figurar como fonte. Em termos de conteúdo pode-se perceber uma mudança (questiona-se a legalidade das terras ocupadas pela Aracruz/Fibria, a demora do Incra em dar andamento aos processos de titulação das comunidades, entre outras questões) que modifica o enquadramento da cobertura, deslocando-o a um polo um pouco mais favorável à titulação das comunidades ("Promotoria federal defende demarcação", p.16, 26/03/2013 - "MPF exige que Fibria devolva terras", p.28, 26/12/2013).

Conclusão

Nesse contexto, uma importante constatação é que há inúmeras possibilidades e percursos de pesquisa a serem escolhidos diante da riqueza de elementos que o *corpus* oferece para tentar compreender o fenômeno socicial envolvido na disputa de poder no meio rural capixaba, tendo como foco o papel da imprensa nesse processo. Essas impressões só servem de motivação para a continuidade da pesquisa, especialmente pela constatação de que não houve cobertura significante sobre a situação das comunidades quilombolas envolvidas.

Partindo das análises feitas neste estudo, foi possível perceber que a construção dos significados e ideias – conforme o pensar de Lippmann (2008) – também perpassam o acesso a informações às quais a sociedade não teve contato direto. A necessidade de reelaborar a historiografia sobre a escravidão e sobre os quilombos demonstram isso. Nessa esteira, a imprensa (caso específico do jornal impresso) ocupa um papel importante nesse processo de construção de pensamento. O que implica, em termos de efeitos cognitivos a longo prazo que as matérias que foram publicadas ao longo do período estudado sobre titulação de territórios quilombolas ajudam a compor a ideia que a sociedade tem ou terá sobre o tema.

Sobre os fenômenos observados nessa cobertura, o número de matérias com agedamento de atributos negativos sobre o processo titulatório, bem como a presença maior de fontes contrárias nas matérias observadas, especialmente no ano mais representativo em termos de efeitos da *agenda-setting* (2007), indicam que entre os afetados no processo de titulação (quilombolas e proprietários das terras que estão dentro dos territórios indentificados pelo Incra) há desequilíbrio no acesso ao campo jornalístico. Observa-se ainda que as matérias em que os quilombolas figuraram como fonte exclusiva tinham como motivação [negativa] protestos, entre os quais o fechamento de BRs e/ou a ocupação da sede do Incra para reivindicar seus direitos.

Sobre o campo jornalístico, percebeu-se a presença de diversos atores que atuam no processo de produção de notícia que podem influenciar a prática, inclusive atores externos ao campo. Não é possível, ao menos a partir das técnicas utilizadas neste momento, identificar quais atores foram responsáveis pelo conteúdo sobre titulação de territórios quilombolas estudados. Há lacunas a serem preenchidas, talvez com pesquisa de campo, para identificar, por exemplo, as estratégias de atuação dos envolvidos no processo na relação com a imprensa, a receptividade do campo jornalístico a suas demandas e reinvidicações, entre outras questões.

Certo é que as matérias sobre titulação de territórios quilombolas notabilizam questões não só de ordem linguística ou sobre a dinâmica do campo jornalístico e suas especificidades, mas também de ordem social, histórica, racial e ideológica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. **A educação do negro na comunidade de Monte Alegre-ES em sua prática de desinvibilização da cultura popular negra**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

BENTES, Ivana. **Mídia-multidão:** estéticas da comunicação e biopolítica. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Questões de sociologia.** Lisboa: Fim do Século, 2003.

_____. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Senado Federal, 1988. 292 p.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015:** hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. "Donos do lugar": a geo-grafia negra e camponesa do sapê do norte-ES. **Revista Geografares** (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Ufes). Vitória, n. 8, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/viewFile/1298/980>. Acesso em: 21 set. 2016.

FILHO, João Bernado da Silva; LISBOA, Andrezza. Quilombolas: resistência, história e cultura. SP: Ipeb, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia**. São Paulo: Paulus, 2008.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (Org.) **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988.** RJ: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

SILVA, João Marques da. **De onde nois vei, prá onde nois vai?**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2015.

MACIEL, Cléber. **Negros no Espírito Santo.** Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural/Ufes, 1994.

MAGALHÃES, David Castro de. **Agenda-setting e internet:** tendências e perspectivas de pesquisa. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MARTINUZZO, José Antônio (Org.). **Impressões capixabas:** 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Vitória: Departamento de Imprensa Capixaba, 2005.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MORAES, Dênis de. (Org.). **Mídia, poder e contrapoder.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1999.

OSÓRIO, Carla; BRAVIN, Adriana; SANTANNA, Leonor de Araújo. **Negros do Espírito Santo.** São Paulo: Escrituras, 1999.

SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades Quilombolas:** as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira**.** Porto Alegre: EdiPucRS, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Unisinos, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Editorial Presença, 1987.